Processo n.º 175/2005

Data do acórdão: 2005-07-28

(Recurso civil)

Assuntos:

- procedimento cautelar
- contagem do prazo em férias judiciais
- art.º 13.º da Lei n.º 9/1999, de 20 de Dezembro
- improrrogabilidade do prazo em processo urgente
- art.º 94.º, n.º 1, do Código de Processo Civil de Macau
- alegação extemporânea do recurso
- deserção do recurso
- art.º 598.º, n.º 3, do Código de Processo Civil de Macau

S U M Á R I O

1. Estando em causa na lide recursória um procedimento cautelar, legalmente configurado como um processo sempre urgente nos termos expressamente previstos no art.º 327.º, n.º 1, do Código de Processo Civil de Macau (CPC), o prazo processual peremptório de trinta dias fixado pelo art.º 613.º, n.º 2, do mesmo diploma adjectivo para efeitos nomeadamente de apresentação da alegação do recurso tem que ser contado de acordo

com a regra do art.º 94.º, n.º 1, do mesmo CPC, não podendo, pois, ser suspenso durante as férias dos tribunais, sendo certo que a este prazo em processo urgente, nem se aplica o regime de prorrogação a que alude o subsequente art.º 95.º, n.ºs 4 a 6, sob pena de contrasenso processual.

2. Durante o período de férias judiciais, os tribunais, por força do art.º 13.º da Lei n.º 9/1999, de 20 de Dezembro, encontram-se ainda abertos e em funcionamento sob o regime de turnos para assegurarem o serviço urgente.

3. A alegação extemporânea do recurso equivale à falta de alegação e implica a deserção do mesmo sob a égide do art.º 598.º, n.º 3, do CPC, salvo no caso de justo impedimento.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 175/2005

(Recurso civil)

Recorrente: Companhia de Investimento e Desenvolvimento (A), Limitada

Recorrida: Associação dos Condóminos do Edifício (B)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

A Companhia de Investimento e Desenvolvimento (A) Limitada, ora representada por (C) e (D), e já melhor identificada nos autos de providência cautelar n.º CV1-04-0006-CAO-A do Tribunal Judicial de Base, veio interpor recurso ordinário do despacho judicial aí proferido em 4 de Novembro de 2004, que lhe julgou extinto, por caducidade, o procedimento cautelar então requerido em Janeiro de 2004 contra a Associação dos Condóminos do Edifício (B), também já melhor identificada nesses autos.

Para o efeito, e depois de emitido em 25 de Novembro de 2004 o despacho de admissão do recurso, que foi objecto de notificação por carta registada datada de 26 de Novembro de 2004 e dirigida inclusivamente ao seu ilustre mandatário forense (cfr. o teor da certidão constante de fls. 17 a 17v dos presentes autos correspondentes), a mesma requerente da providência apresentou ao Tribunal *a quo* a alegação do seu recurso no dia 5 de Janeiro de 2005 (cfr. o teor de fls. 2 dos presentes autos).

Subido o recurso para esta Segunda Instância em 20 de Julho de 2005, após sustentado o despacho recorrido em 8 de Julho de 2005 pelo Tribunal *a quo*, procedeu-se ao exame preliminar com colheita subsequente dos vistos legais.

Assim sendo, é agora tempo de decidir da sorte do mesmo recurso, nos termos seguintes.

Estando em causa nesta lide recursória um procedimento cautelar, legalmente configurado como um processo sempre urgente nos termos expressamente previstos no art.º 327.º, n.º 1, do vigente Código de Processo Civil (CPC), o prazo processual de trinta dias fixado pelo art.º 613.º, n.º 2, do mesmo diploma adjectivo para efeitos nomeadamente de apresentação da alegação do recurso tem que ser contado de acordo com a regra do art.º 94.º, n.º 1, do mesmo CPC, não podendo, pois, ser suspenso durante as férias dos tribunais.

Assim, *in casu*, em sintonia com os elementos pertinentes já acima coligidos dos autos, e atendendo a que por comando do art.º 201.º, n.ºs 1 e 2, do CPC, a ora recorrente ficou considerada notificada em 29 de Novembro de 2004 do despacho que lhe admitiu o recurso (visto que a carta de notificação desse despacho teve o seu registo postal datado de 26 de Novembro de 2004), *o prazo legal contínuo e peremptório de trinta dias* (ao qual, por estar concreta e precisamente em questão um processo urgente, nem se aplica o regime de prorrogação a que alude o art.º 95.º, n.ºs 4 a 6, do CPC, sob pena de contrasenso processual) *para apresentação da minuta do recurso teve*, efectivamente, por termo inicial o dia 30 de Novembro de 2004 (vide o art.º 272.º, alínea b), do Código Civil vigente), e *por termo final o dia 29 de Dezembro de 2004* (já que nesse mesmo dia os tribunais de Macau, por força do art.º 13.º da Lei n.º 9/1999, de 20 de Dezembro, se encontraram ainda abertos e em funcionamento sob o regime de turnos para assegurarem o serviço urgente, a despeito do curso do período das férias judiciais do Natal e do Ano Novo, por um lado, e, por outro, não decorre do exame dos autos qualquer notícia de justo impedimento).

Portanto, o direito que inicialmente assistia à ora recorrente para alegar o seu recurso já ficou extinto a partir da zero hora do dia 30 de Dezembro de 2004 (vide o art.º 95.º, n.º 3, primeira parte, do CPC), *com o que é de dar por assente que a mesma recorrente não chegou a alegar tempestivamente o seu recurso até antes deste dia, pelo que é de julgar deserto o recurso* sob a égide do art.º 598.º, n.º 3, do CPC, sendo certo que a alegação tardia do recurso no dia 5 de Janeiro de 2005 não tem no caso

nenhuma relevância jurídica nos termos já acima vistos, porquanto a alegação extemporânea equivale à falta de alegação, salvo no caso de justo impedimento.

Dest'arte, **acordam em julgar deserto o recurso**, com custas nesta Instância pela recorrente, com duas UC de taxa de justiça.

Macau, 28 de Julho de 2005.

Chan Kuong Seng (relator)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira

Lai Kin Hong